



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638264 - RS (2021/0000479-7)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : STENIO MARCIO KWIATKOWSKI ZAKSZESKI  
**ADVOGADO** : STENIO MARCIO KWIATKOWSKI ZAKSZESKI - RS109776  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : NELSON PEDROZO PONCIO (PRESO)  
**CORRÉU** : ROGELE SOZIMBER CASTRO  
**CORRÉU** : CASSIANO CASTRO VARGAS  
**CORRÉU** : CALITON CRISTIANO CASTRO VARGAS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NELSON PEDROZO PONCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0112952-14.2020.8.21.7000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* com base na seguinte motivação (fls. 18-23):

Os fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva foram apreciados quando do indeferimento da liminar, razão pela qual peço vênia para a eles me reportar, com o escopo de evitar desnecessária tautologia:

[...]

Segundo os documentos encartados nos presentes autos eletrônicos, a autoridade policial representou pela prisão preventiva do paciente e de Rogele S. C., bem como pela expedição de mandados de busca e apreensão em suas residências, com apuração, nos autos do expediente investigativo nº 106/2.20.0000166-3, da atuação de ambos em crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico junto à facção “Os Manos”. E a partir dos dados colhidos de aparelho apreendido na residência de Rogele, verificou-se que esta, pedindo orientações a “Frede”, informa a este acerca de dinheiro supostamente recebido do paciente (pp. 40/52). Há indicativos, ainda, de que o paciente esteja envolvido em compra e venda de veículos de origem duvidosa, sem que sua situação

econômica, ao que consta (p.

72), seja condizente com as negociações que, frise-se, foram realizadas durante o gozo de prisão domiciliar a ele deferida em 18/03/2020, consoante notícia o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (seq. 109.1).

Conforme a decisão singular consignou, a partir dos relatórios técnicos formalizados com base no conteúdo das conversas extraídas dos telefones apreendidos, apurou-se o envolvimento do paciente e de Rogele em atividades ilícitas ligadas à facção “Os Manos”, o que caracteriza o *fumus comissi delicti*.

O *periculum libertatis*, assim, é latente pela gravidade concreta dos delitos e, por corolário, diante da periculosidade do agente, pois o coacto, supostamente, está envolvido com a associação criminosa “Os Manos”.

O impetrante sustenta que deve ser revogada a prisão preventiva por não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP, pela ausência de contemporaneidade entre a custódia cautelar e os fatos narrados, e pelo fato de a prisão estar fundada na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente